



ALGUMAS LIÇÕES DE ANGOLA

Luiz Sanctos Döring

Capitão-de-Fragata da Turma de 07 Jan 59, possui os cursos militares da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Eletrônica, Básico e Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, sendo também bacharel em Administração.

Foi Comandante da corveta Imperial Marinheiro e da Estação Rádio da Marinha em Brasília, e desempenhou funções na Escola Naval.

Publicou diversos trabalhos, destacando-se "Consequências do Emprego do Plano Diretor na Manutenção de um Estado de Pronto-tidão na Marinha de Guerra", "A Guerra Cultural" e "As Forças Armadas e os Modelos Políticos de Resistência".

Atualmente serve no Gabinete Militar da Presidência da República.

INTRODUÇÃO

Já se tornou enfadonho afirmar que o comunismo desenvolve estratégia global de conquista, empregando todos os meios existentes para a consecução de seu propósito imperialista de escala mundial.

A experiência de Angola deixou várias lições, muitas delas sequer estudadas; outras, ainda por compreender, integralmente. Eis algumas: 1º) Revelou-se — o que já era de se supor — que os países sul-americanos, e seus aliados mais poderosos do Hemisfério Norte atribuem importância diferente ao Atlântico Sul; razão por que, temos de estar preparados para assumir o ônus do valor diferencial que lhe conferimos. 2º) Abriu-se o precedente de se permitir a Estado inexpressivo, sem nenhuma responsabilidade internacional tácita ou formalmente reconhecida, enviar forças militares para auxílio a uma das partes, em confronto armado doméstico de uma nação, sem que possuísse com ela, ao menos, qualquer fator de aproximação geográfica, econômica ou histórica, ou sem que estivessem em jogo questões de sua segurança, caracterizando-se, assim, intromissão inexplicável em problemas internos. 3º) Aceitou-se o que chamaremos de *agente de intervenção*, através

do qual um núcleo de poder comunista intervém militar e ostensivamente, em um terceiro país. Tal prática permite uma *saída honrosa*, se a avaliação incorreta do centro imperial, verdadeiro interventor, conduzir a situação inaceitável para as potências ocidentais; nesta eventualidade, recolhem-se as forças e sacrifica-se o *bode expiatório*. E, em consequência, amplia a liberdade de manobra do comunismo, que poderá arriscar mais, sem que o desgaste pelo insucesso cresça, proporcionalmente. 4º) Demonstrou-se ainda uma vez, que a conjuntura interna pode levar uma democracia a assumir posições, que o seu Poder Executivo desejaria evitar, em prejuízo da segurança de aliados. 5º) Permitiu-se o fortalecimento de regime claramente exportador de intranquilidade social e de subversão para o continente americano. 6º) Tolerou-se que um exército, declaradamente hostil às demais nações latino-americanas, tivesse adestramento real, com equipamento latino-americano. 7º) Instituiu-se, para chefes de facções políticas da África, a figura da *pax cubana*, à qual se virão tentados a recorrer em outras oportunidades de confronto armado pelo poder. 8º) Criou-se, com todos esses consentimentos e tolerâncias, ameaça, a partir de agora, sempre presente, de intervenção formal e ostensiva, em regiões não vitais para a segurança das potências comunistas, a favor de grupos nacionais em luta, o que significa uma escalada na forma de intervir.

É válido supor que, na ocorrência de guerra interna, em áreas cujas localizações e riquezas naturais justifiquem risco semelhante ao assumido em Angola, diante de um quadro de omissão das Democracias mais poderosas, forças estrangeiras e material bélico afluirão declaradamente ao local do conflito. Tal interferência far-se-ia através de país pequeno e não desenvolvido, procurador e executor, de política de pólo imperial marxista.

No momento em que as nações sul-americanas se mostram apreensivas, com a possibilidade de envio de tropas cubanas a este continente, duas questões se colocam:

- a) Existem condições para empreendimento desta natureza?
- b) Caso afirmativo, supondo-se a intervenção em países marítimos, que possuam Forças Armadas expressivas, qual o papel reservado às marinhas?

É LÍCITO ADMITIR?

A experiência de Angola diz respeito a povo em fase de obtenção de independência política, fora do controle da metrópole e dividido em grupos nacionais diversos. Tal situação não existe na América do Sul. Entretanto, apresentam-se fatores importantes que poderiam estimular intervenção do tipo focalizado, neste continente.

Dentro da política de expansão do império soviético, e da estratégia (clássica) de isolamento dos centros de poder ocidentais, este continente representa objetivo de alta expressão estratégica. Na hipótese de guerra intestina, aqui deflagrada, fora de dúvida, conviria ao comunismo internacional, intervir em apoio aos

grupos subvertidos, se e como possível.

Há países sul-americanos que, por suas dimensões, riquezas naturais, população e unidade cultural, aspiram ao lugar de potências, em futuro mais ou menos próximo. Aos Estados comunistas dominantes não convém a emergência de novos e poderosos complexos capitalistas. Assim, em caso de conflito, em qualquer destas nações, haveria empenho, de parte dos sistemas marxistas, na ampliação da luta, no fracionamento do território, e na diversificação cultural.

Regiões existem em nosso continente que constituem imenso vazio demográfico, de onde a sociedade está ausente e, por conseqüência, o poder público; portanto, favoráveis à instalação sigilosa de núcleo organizado de sedição. Também, sabe-se, da existência de enorme potencial de recursos naturais nestas áreas e conhece-se a preocupação de economias desenvolvidas — de ambos os Mundos — com o abastecimento de matéria-prima para o seu parque industrial. Daí, interessaria a vértices de influência extracontinentais estabelecerem enclaves em tais regiões, o que conseguiriam, no bojo de uma *pacificação*, imposta de fora para dentro do continente.

Graças à ação combinada das sociedades sul-americanas, e das respectivas Forças Armadas, o assalto ao poder, através de processos político-subversivos, não vem encontrando possibilidade de êxito. Isto faz crescer a importância de movimentos organizados militarmente, visando, de início, ao desgaste dos governos alvos e à deterioração da ordem estabelecida; e trazendo, como propósito mais amplo, a pressão militar sobre centros sócio-econômicos, exercida das periferias geográficas para o interior dos países, concomitantemente com ações terroristas e de aliciação, realizadas dentro do perímetro de resistência, na tentativa de instalação de regimes comunistas — em todo o território ou na parte desmembrada — ou, como fase provisória, de impor fortes inflexões à esquerda. A existência de Estado vizinho já comunicado ou, simplesmente, simpatizante dos sistemas marxistas, do ponto de vista dos rebeldes e de seus aliados externos tornaria o empreendimento sumamente oportuno e promissor.

Por fim, questões de política interna, a ação de correntes comunistas *nacionais*, o desejo de isolamento, o cansaço e a indiferença de povos satisfeitos, uma falsa moral nas relações internacionais e movimentos de opinião pública comandados por órgãos de divulgação de massa de esquerda, podem, como sucedeu com Angola, levar as potências ocidentais à atitude de tolerância para uma intervenção na América do Sul, definitiva ou temporária. No último caso, o emprego posterior, de Força de Paz multinacional, não estaria fora das cogitações, como alternativa, para assitir-se uma nação esgotada; tal solução evitaria aos Estados ocidentais aliados o envolvimento maior que significariam apoios material e financeiro diretos, embora estes constituíssem a única forma de auxílio, sem violação formal de soberania.

Então, em que pese a diferença de circunstâncias, em comparação com Angola, vale aceitar que existem motivações suficientes e vulnerabilidades bastantes para considerar-se possível a intervenção de tropas de satélites secundários, dos

sistemas comunistas em solo sul-americano, obedecendo à política do centro imperial.

O MODELO DA INTERVENÇÃO

Aceita a possibilidade de intervenção, resta examinar de que forma se realizaria.

A análise de muitos casos de Guerra Revolucionária, inclusive o de Angola, mostra que, inicialmente, os rebeldes recebem colaboração discreta, em que ressaltam recursos financeiros e armamento leve, visando ao estabelecimento de bases de operações e à configuração de movimento guerrilheiro. Estes meios chegam ao território alvo como contrabando, risco maior para os países de extensas fronteiras, marítima ou terrestre, não policiadas, ou banhados por rios internacionais de margens desabitadas e de escassa navegação.

Nas considerações sobre o estágio seguinte de apoio a um possível conflito, como o do tipo proposto, deve-se outra vez frisar que certas peculiaridades, existentes então, em Angola, não se encontram na América do Sul. Contudo, guarda-se fidelidade, com o modelo de guerra interna, com auxílio externo, que se tem verificado, com freqüência, após a Segunda Grande Guerra. Então, consolidado o movimento guerrilheiro, conhecido da opinião pública mundial e digerido pelas demais nações, como situação de fato, estaria criado o clima para escalar o apoio, ao nível de armamento pesado e de contribuição humana; e a evolução para operações com tropas regulares estrangeiras, surgiria, como desdobramento natural. Criar as condições para a declaração de zona liberada, representaria aspecto assaz importante, do empreendimento sedicioso e daria foros de *guerra de libertação*, termo tão a gosto do comunismo, à ação combinada do grupo revoltoso e de seus aliados do exterior. Esta, parece, constituiria a via mais lógica da escalada.

A localização dos parques industriais comunistas, no nordeste europeu, e a dos satélites fornecedores, no Caribe e, futuramente, na África, põe, como solução melhor da estratégia militar inimiga, a penetração pela larga base norte do triângulo sul-americano. Também, situam-se nesta faixa continental, quer os focos mais acentuados de subdesenvolvimento, quer os vários vazios populacionais, quer ainda os Estados mais jovens, em consolidação e, portanto, mais indefesos; ao sul, a condição de vida atingiu estágios bastante superiores (assemelhando-se, em algumas áreas, à dos centros sociais mais desenvolvidos do mundo), o tecido demográfico é contínuo, as distâncias aos pontos de embarque, do apoio material e humano, aproximadamente, duplicam-se e as condições climáticas afastam-se, ininterruptamente, daquelas em que estão habituadas a operar as tropas interventoras, o que reforça a tese de penetração pelo norte.

Novamente, a localização dos centros produtores de material bélico e dos fornecedores de combatentes, imporá a utilização de transportes marítimo e aéreo. Neste ponto, vale considerar duas hipóteses: o país alvo possui meios de dissuasão; ou não os possui. No último caso, a minoria, o desembarque poderia efetuar-se

sigilosamente e, se detetado, sem oposição séria; dentro da conhecida dinâmica de expansão imperial, deve-se admitir que esta seria uma etapa, para a penetração em países mais significativos do continente, objetivos, estes sim, de valores político, estratégico e econômico bastante atraentes. No primeiro caso, quando o Estado agredido possui meios de dissuasão, outra vez as distâncias envolvidas sobre o Atlântico e, mais, o número de viagens redondas, necessárias a transportar grandes efetivos (em Angola ascendeu a mais de 15 mil homens*) bem como material leve e pesado, a inexistência muitas vezes de aeródromos adequados nas áreas favoráveis à implantação do santuário rebelde e, principalmente, a impossibilidade de contar com a cobertura de caças tornariam sumamente crítico o emprego do que a imprensa mundial intitulou de *ponte aérea*. Ora, indiscutivelmente, o transporte marítimo é muito menos vulnerável, bastante mais discreto e possui capacidade de carga, imensamente maior; e, ainda, permite que em qualquer ponto da derrota, em face de reação vigorosa do consenso internacional, ou de qualquer potência, interrompa-se a operação. Assim, no caso em enfoque, o esforço logístico inimigo teria de fundamentar-se, basicamente, no transporte marítimo; com proteção naval, por causa da oposição possível, a ser interposta pelos meios de dissuasão navais do Estado agredido. Quanto à possibilidade de nação, indefesa ou já comunizada, vir a tornar-se *trampolim* para a introdução de forças importadas, no território visado, de forma semelhante, em vista do raio de ação dos modernos interceptadores, o estabelecimento de *ponte aérea* seria altamente problemático, mesmo contando com proteção de caças, previamente deslocados para o local; pois as aeronaves, os suprimentos e as tropas transportadas estariam expostas a risco elevado de destruição, que a natureza do conflito não comportaria** (este tipo de penetração mediatizada coloca-se como a mais provável para países, onde se mostre inviável o estabelecimento de bases de operações próximas do litoral, máxime de terminais portuários).

A LIBERDADE DOS SUBSISTEMAS

Em tópico anterior, aventou-se que problemas internos poderiam levar nações democráticas poderosas à atitude de passividade, diante do quadro de guerra interna em questão. Faz-se oportuno considerar-se, ainda, outro fator importante de imobilismo, decorrente da paridade dos dois maiores estoques de artefatos nucleares.

Recentemente, viu-se Israel, em ação isolada e a todo o risco, realizar incursão fulminante, a 2 mil milhas de seu território, para resgatar cidadãos israelenses, que se encontravam seqüestrados em Entebe. O evento surpreendeu o mundo, acostumado a ver, cada vez mais, os conflitos entre nações solucionados pela participação direta das duas grandes potências, de acordo com o que entendem como mais conveniente à *paz mundial*. Mas o fenômeno não é novo, pelo menos, para Israel. Em 1967, sob ameaça de violação de suas fronteiras, rompe o equilíbrio instável do Oriente Médio, e obtém vitória total sobre o Egito, a Jordânia e a Síria.

* Da imprensa.³

** Em Angola, não existia oposição aérea.

Em 1973, enquanto as superpotências procuravam fórmulas e formas de paz, inconformada com a agressão, Israel penetra em solos da Síria e do Egito, neste último tentando mesmo uma cartada decisiva, pelo envolvimento das tropas inimigas, distendidas por sobre o Suez e adentradas no Sinai. Em ambos os casos, Israel vai à mesa das conversações em posição muito mais fortalecida do que lhe permitiria a atenuação passiva de espera do arbítrio das potências.

Que conclusões tirar?

A primeira já a obteve Raymond Aron — *a relativa autonomia dos subsistemas*. Em face do equilíbrio de terror nuclear, um Estado mais forte, agindo independentemente, pode, numa região, impor sua vontade, sem que os centros globais de poder tenham condições de interferência. A segunda: aproveitando-se de lapso de tempo necessário às negociações dos Grandes, um país tem possibilidade de, pela ação rápida, melhorar substancialmente sua posição de barganha*; em contrapartida, se este esforço isolado não levar a desequilíbrio imediato e ponderável na área conflagrada, surge o risco de passar-se à guerra prolongada, em que as superpotências, imobilizadas pelo mútuo receio de aprofundamento da crise, sem objetivos vitais em jogo, participem apenas através de apoio material. Terceira, talvez a mais importante: acima do espírito das alianças sistêmicas, estão as razões políticas momentâneas dos árbitros mundiais.

De passagem, alinhavam-se alguns corolários: a) em benefício da paz regional, é necessária a manutenção de equilíbrio de poder, nos subsistemas; b) nenhuma nação deve prescindir da atualização e fortalecimento de seu Poder Militar, acreditando na proteção de potências aliadas; c) os Estados menores e mais vulneráveis melhor farão, celebrando alianças regionais, com vizinhos mais poderosos do que confiando nos sistemas maiores dos centros de poder nuclear.

Eis a lição de Entebe; a elite governante — máxime a militar — deve ter sempre em mente e estar preparada, psicologicamente, para a necessidade de aplicar o Poder Militar no limite da liberdade dos subsistemas; tal liberdade será tanto mais ampla, quanto maior o seu Poder Nacional e quanto mais exista o risco de uma escalada ponderável no nível de tensão das relações entre as superpotências.**

DECISÃO NO MAR

Como admitimos possível, na eventualidade de irrupção de guerra interna, diante da perspectiva de inação dos governos ocidentais, o apoio do mundo comunista, aos sediciosos, não se faria esperar; e, conforme enfocado anteriormente, o fornecimento de tropas e de material desenvolver-se-ia, basicamente, por via marítima, com proteção naval.

Ora, a História recente vem demonstrando que, quando um conflito intesti-

* Dentro do conceito da Lei da Vantagem Inicial.¹

** Em compensação, quando os interesses das superpotências coincidem, a liberdade nos subsistemas é mínima.

no atinge o estágio de participação ostensiva de outros Estados, mesmo que indireta, as ações em terra se prolongam, indefinidamente e, raras vezes, consegue-se restabelecer o *status quo ante bellum*. Por outro lado, quando se configura a ameaça de desmembramento do território, com as posições consolidadas, aparece sempre a hipótese de passar a matéria à esfera dos organismos internacionais, à revella da vontade do governo interessado, com o risco do emprego de Força de Paz. As possibilidades de evitar estes desfechos inaceitáveis residem na rápida ação do governo, para restabelecer o domínio sobre a zona conflagrada; e na medida deste esforço, os rebeldes precisariam, por seu turno, receber, continuamente, equipamentos, munição e reabastecimento de baixas, o que lhes possibilitaria cristalizar a situação.

Conclusão lógica: o embargo ao estabelecimento, ou a imediata interrupção do fluxo de suporte logístico às forças sediciosas, representam a única maneira de liquidar a luta interna em curto prazo; e, portanto, de manter a integridade do território e da sociedade nacionais. Daí, a decisão será no mar e nos primeiros momentos.

No que concerne à proteção do transporte marítimo, deve-se raciocinar em termos de poucas unidades navais do *agente de intervenção* e de presença de forças-tarefas soviéticas, principalmente de submarinos, operando de bases de satélites. Com a necessidade de cortar a *artéria* de reabastecimento, corre-se, inclusive, o risco de represália, por parte destes últimos navios (submarinos, já que a qualificação ou, na pior das hipóteses, a autoria do ataque, não poderia ser precisamente estabelecida), contra as unidades nacionais.

Neste ponto cabe uma ressalva, que resulta das conclusões alinhavadas no tópico anterior. Em que pese a necessidade de, pelo menos, ocorrer a penetração em mar territorial, para configurar-se agressão, possuindo informações sobre o propósito do carregamento, ainda que endereçado a porto estrangeiro, o governo interessado deve tomar a decisão de interceptar as unidades logísticas onde lhe for mais favorável, em águas internacionais ou de outra nacionalidade; tal ação insere-se na filosofia da liberdade dos subsistemas, uma das lições enfatizadas, no Oriente Médio e em Entebe.

CONCLUSÃO

Angola marcou uma inflexão, na linha de conduta das potências dominantes. De um lado, a URSS realizou uma escalada, na forma de intervir nas lutas políticas da África; de outro, o Ocidente omitiu-se em assumir responsabilidades numa parte do Globo onde a sua influência esteve presente, de maneira ininterrupta nos últimos séculos, confirmando assim o ocaso de uma era. Também serviu de alerta aos países sul-americanos localizados na costa atlântica, sobre a verdadeira importância que as nações do Hemisfério Norte conferem a esta área oceânica.

Consagra-se assim um modelo de ameaça representada pelo binômio *núcleo de poder-satélite secundário*, presente, quando grupos sediciosos consigam

estabelecer controle sobre uma área.

As nações da América do Sul, pela convergência de preocupações e de interesses, que despertam em países desenvolvidos, dos mundos livre e comunista, pelos imensos territórios ainda por ocupar, pelo vigor com que a maioria de seus governos e povos se empenham em não permitir o assalto marxista ao poder, através de processos político-subversivos, poderiam ser vítimas de conflitos, que se caracterizassem por circunscreverem-se a áreas onde o controle das autoridades centrais se mostrasse materialmente difícil. Estabelecida a base territorial, a ação buscaria ampliar-se, com a participação do comunismo internacional, pretendendo o desgaste do governo e procurando evoluir, para movimentos de pressão militar, sobre centros político-econômicos, tudo como objetivo intermediário ou final de uma estratégia de satelitização total ou de parte do território.

Ora, principalmente, a contribuição material viria de parque industrial do Leste, seguindo o próprio caminho de expansão do império marxista, para oeste, via África e Oceano Atlântico. Aliás, a História nos mostra que esta é a dinâmica de edificação dos impérios marítimos ou terrestres; na vanguarda as bases vão sendo lançadas e, firmando-se nelas, passam as vagas seguintes, para a obtenção de novos postos, segundo linha imaginária preestabelecida. Na atual conjuntura, o auxílio em termos de tropas regulares precisaria, também, utilizar tal via oceânica.

A existência de forças de dissuasão imporiria que se protegessem as unidades logísticas de apoio aos rebeldes; em face das condições geoestratégicas do Hemisfério Sul, das limitações das aeronaves de cobertura e do volume e peso da carga a deslocar, o transporte marítimo, com proteção de unidades do *agente de intervenção* e com a ação de presença de forças-tarefas soviéticas, incorporando submarinos, por-se-ia como solução melhor do problema logístico inimigo.

Como a ação terrestre — prolongada — ou a mediação de organismos internacionais (ou das grandes potências) poderiam levar à solução lesiva aos interesses nacionais, com risco de fracionamento de território, só restaria ao poder central agredido agir rapidamente, a fim de evitar que o movimento sedicioso se fortalecesse, com o recebimento de contribuição humana e de armamento, e se consolidasse. A jugular das operações estaria no seu corredor logístico, marítimo; cortá-la, consituiria a solução mais rápida, a única de curto prazo. Assim, entre as forças nacionais aplicadas à defesa, neste quadro de guerra interna, a marinha oceânica assume papel capital.

A se realizarem as previsões de envio de tropas cubanas à América do Sul, às marinhas dos países agredidos tocará a maior responsabilidade pelos destinos nacionais.

À margem deste trabalho, mas por oportuno, cumpre lembrar que somente mantendo-se um Estado sob pressão militar permanente, consegue-se fixar o seu Poder Militar, no próprio território. Nos nossos dias, quando os países comunistas se beneficiam de um sistema ocidental pusilânime e contaminado por falsos valores morais, têm eles ampla margem de manobra. Tanto pior, para o Ocidente; o que cede hoje terá de reconquistar, com muito *sangue, suor e lágrimas*... amanhã.

